# REGULAÇÃO E FORMAÇÃO: O TRABALHO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE – PB

Mônica Martins de Oliveira[1] – PPGEd/UFCG/PMCG – monikamartins@gmail.com
Antônio Lisboa L. de Souza[2] – PPGEd/UFCG – lisboaleitao@uol.com.br

## Introdução

As mudanças ocorridas nas relações de produção desde a década de 1970, com a emergência da ideologia neoliberal como dominante, alteraram o mundo do trabalho e a organização da sociedade. No caso brasileiro, tais mudanças se fortaleceram ainda mais durante a década de 1990 e continuam, até os dias atuais, a fixar novas configurações em todas as áreas da sociedade, inclusive na educação e, por conseguinte, no trabalho docente.

Marca destas mudanças é a prevalência, nos dias atuais, de políticas sociais baseadas num acentuado caráter regulador, que "[conjugam] controle pelo Estado com estratégias de autonomia e auto-regulação (*sic)* das instituições" (FREITAS, 2007, p. 133). Esta característica está presente na política educacional brasileira, cujos efeitos recaem também – e, principalmente – sobre o trabalho do professor.

De acordo com Barroso (2006), o conceito de regulação permite compreensões e significados variados. No entanto, na sua relação com as políticas, ele é utilizado para descrever dois fenômenos diferentes, mas interdependentes, quais sejam: "os modos como são produzidas e aplicadas as regras que orientam a acção dos actores; os modos como esses mesmos actores se apropriam delas e as transformam " (BARROSO, 2006, p. 12, ).

O primeiro modelo, em que são produzidas e aplicadas regras, refere-se à regulação institucional e política (MAROY, 2011) adotada pelo Estado – sobretudo na instância do governo federal – como forma de exercer o controle sobre os setores sociais. Já a dimensão que considera as ações dos sujeitos ante as regras estabelecidas, revela uma

> [...] regulação classificada como situacional, ativa e autônoma. Esse tipo de processo regulatório, além de prever a elaboração das regras que orientam o funcionamento de determinado sistema, busca o seu (re)ajustamento. (OLIVEIRA, 2012, p. 82).

---

[1] Aluna do mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG; professora da rede municipal de ensino de Campina Grande.

[2] Professor doutor orientador do mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG

Uma das características da regulação consolidada no atual estágio neoliberal do capitalismo é a presença do setor privado na formulação e execução de políticas. Este é um movimento em evidência, incentivado pelo modelo de gestão gerencialista – acatado pelo Brasil como fruto da reforma do aparelho de Estado – e em processo de expansão, visto o atendimento que este garante aos preceitos do grande capital.

Partindo do pressuposto de que o modelo de políticas de regulação – legitimado e fortalecido no Brasil a partir das duas últimas décadas do século XX, com a implementação da reforma do aparelho de Estado – tem sido adotado também na rede municipal de ensino de Campina Grande, o presente estudo orienta-se pelo objetivo geral de analisar a regulação da educação, estabelecida por meio de parcerias com a iniciativa privada, na referida rede de ensino.

Para fins deste trabalho, como exemplo empírico, serão considerados os mecanismos de controle presentes na parceria firmada pela Secretaria de Educação do município de Campina grande (SEDUC/CG) e a Fundação Lemann, cujo eixo norteador é a execução do curso *Gestão para a Aprendizagem*.

Considerando o exposto, e tendo em vista o alcance do objetivo que orienta esta pesquisa, o norteamento metodológico adotado é o de uma leitura dialética dessa realidade, visto que este método permite uma apreensão de conjunto das questões referentes aos aspectos da vida social. E, consoante com o método dialético, algumas categorias de análise são primordiais para alicerçar a pesquisa. De acordo com Cury (1985, p. 26), estas

> [...] oferecem subsídios nos atos de investigar a natureza da realidade social e as vinculações das propriedades da educação nessa mesma realidade. As categorias ajudam a entender o todo, cujos elementos são os constituintes da realidade e, nele, os elementos da educação.

Assim sendo, o estudo apoia-se, inicialmente, nas categorias da totalidade, contradição e mediação, considerando a possibilidade de inserção de outras categorias, caso seja necessário.

Em se tratando dos aspectos empíricos, esta é uma pesquisa que se caracteriza como documental, tendo como fontes principais textos e documentos norteadores do trabalho, entregues pelo pessoal da SEDUC e da fundação Lemann, aos profissionais inseridos no curso *Gestão para a Aprendizagem*, bem como os formulários presentes na plataforma digital deste. É importante ressaltar que este levantamento de dados está em

processo de construção e serão analisados á luz das categorias teórico-metodológicas apresentadas.

## Considerações parciais

A pesquisa está em andamento, o levantamento documental já conta com textos teóricos que orientam o curso *Gestão para a aprendizagem*, cuja leitura inicial denota a adoção de princípios do gerencialismo no curso e, consequentemente, o fortalecimento destes na educação da rede municipal de ensino de Campina Grande.

No que se refere ao trabalho docente, nos formulários a serem preenchidos pelos professores, é possível identificar características e elementos próprios do controle posto pelo processo de regulação da educação.

## Referências


BARROSO, João. A investigação sobre a regulação das políticas públicas de educação em Portugal. In: _____ (org.). **A regulação das políticas públicas de educação**: espaço, dinâmicas e actores. Coimbra: EDUCA; UI&DCE, 2006, p. 9-39.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição.** São Paulo: Cortez, 1985.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil:** dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

MAROY, Christian. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (orgs.) **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011. p.19-46.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **Avaliação e regulação da educação**: a Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrit Fedral. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasilia, 2012.